

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	8
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	27
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, implantou, em 2016, diversos instrumentos, com destaque para o Código de Ética e Conduta e o Programa de Integridade, os quais estão alinhados às Leis 12.846/2013 e 13.303/2016. A política de gerenciamento de riscos se encontra em estudos visando sua implantação.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento, quando houver, incluindo:

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada.

i. riscos para os quais se busca proteção.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia possui o Departamento de Auditoria Interna subordinado diretamente ao seu principal executivo e uma área específica de controladoria, que responde à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. Conta ainda com Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura organizacional é adequada e permite o bom desempenho e a conformidade do ambiente controlado. Conforme mencionado, apesar da Companhia não possuir uma política e uma estrutura formal de gerenciamento de riscos, o Departamento de Auditoria Interna e a área de Controladoria desempenham, no dia a dia, esse papel. Para tanto, se valem, principalmente, do sistema integrado SAP/R3, que por meio de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

parametrização, permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores. Ademais, a Companhia se vale da Auditoria Interna para avaliar processos e controles internos existentes, assim como recomendar novas rotinas para melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política, tal ação encontra-se em fase de estudos.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo

Mesmo não possuindo uma política, a Empresa identifica no seu mercado de atuação seus riscos e toma ações para eliminar ou diminuí-los.

A receita da Companhia é proveniente da manutenção da disponibilidade de suas usinas para a geração de energia elétrica, a qual foi negociada por meio de cotas com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Assim, a empresa identifica os principais fatores de risco que afetam seus negócios como sendo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de Crédito

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de liquidez

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não necessitar de proteção patrimonial.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

necessitar de proteção, por isso não possui instrumentos para proteção patrimonial.

iv. **parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.**

A Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade dos índices que utiliza, medindo o impacto desses no seu resultado.

v. **se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.**

A Companhia avalia que o grau de exposição é baixo, assim, atualmente o emissor não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. **estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.**

A Companhia, além de possuir um Departamento de Auditoria Interna subordinado diretamente ao seu principal executivo e de área específica de controladoria, conta com o Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado, através da Comissão de Fiscalização e Controle.

c. **adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia não possui a referida política, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:****a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A EMAE, por meio dos documentos de governança e gestão estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos. Estes documentos estabelecem valores, alçada e competência para execução das atividades, bem como, padroniza e estabelece regras para as atividades.

O controle das ações na Companhia é realizado por meio do sistema SAP R/3, que é uma ferramenta parametrizada refletindo as regras de negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão estabelecidas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio, o fluxo de caixa, assim, essa ferramenta permite o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar processos e controles internos existentes, assim como estabelecer novas rotinas, com vistas a reduzir prazos, melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos, a EMAE mantém, em sua estrutura organizacional o Departamento de Auditoria Interna e usualmente designa comitês multidisciplinares para esta finalidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas.

A EMAE não possui uma estrutura dedicada exclusivamente aos controles, entretanto, esta atividade é realizada por algumas áreas da Companhia.

O Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, por meio da Coordenação de Planejamento Financeiro e Gestão Orçamentária, é responsável pelo controle financeiro da Companhia, enquanto a Coordenação de Contabilidade, Custos e Tarifas, também subordinada ao Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, controla a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

situação econômica da EMAE, além de garantir a observação às normas contábeis aplicáveis.

O Departamento de Auditoria Interna, que se reporta à Presidência, é responsável pela verificação da consistência das informações e processos realizados na Companhia, além de observar o atendimento aos instrumentos de gestão e governança.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado, por meio de relatório, ao Diretor Presidente e posteriormente aos demais Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhados em bases mensais pela área Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No curso dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, os auditores independentes apresentam a carta de controles internos na qual são apresentadas deficiências ou sugestões para melhorias identificadas. Ressaltamos que o parecer dos auditores não contém nenhuma ressalva ou comentário decorrente das deficiências nos controles internos.

Adicionalmente, reportamos que, na avaliação dos auditores independentes, não foi identificada nenhuma deficiência significativa nos controles internos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A diretoria da empresa implementou a prática de discutir cada apontamento com a área responsável pelo assunto, visando planejar e adotar as medidas corretivas necessárias para solução da deficiência.

A diretoria definiu como meta para as correções dos itens constantes nos apontamentos a data limite de 30 de setembro do exercício subsequente. Para os casos em que, durante a elaboração do plano de ação para correções, ficar evidenciado que o prazo de 30 de setembro não seja suficiente para a implementação da solução, a área responsável pela correção deve elaborar um cronograma detalhado com a definição dos prazos necessários para realização de cada etapa.

Outra medida adotada é a efetiva inserção da Auditoria Interna, vinculada a Presidência, no acompanhamento das medidas propostas, reportando à diretoria os resultados apurados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alteração significativa nos principais riscos aos quais a EMAE está exposta, nem tampouco há expectativa de mudança de cenário quanto aos riscos aos quais a Empresa está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Condições financeiras/patrimoniais****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia, em decorrência da celebração do aditivo ao contrato de concessão nº 002/2004, o qual prorrogou as concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes até 2042, nos termos da Lei nº 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579/2012), passou a ter sua receita estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização de toda sua energia e potência às distribuidoras no sistema de cotas. Com a conversão para essa modalidade, a receita das usinas sofreu redução, atenuada, no entanto, pela diminuição dos encargos setoriais. Igualmente a isenção dos riscos hidrológicos, estabelecida pelo atual modelo tarifário, tem impacto positivo para a Companhia, uma vez que, em condições sistêmicas desfavoráveis, como nos períodos de fraca hidrologia, baixos níveis nos reservatórios e geração térmica intensiva para compensar a diminuição da produção nas hidrelétricas, acarretaria, no modelo anterior, na eventual necessidade de agentes geradores adquirirem energia a altos preços, no mercado de curto prazo, para honrar seus contratos de venda.

A Companhia, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, tem receitas geradas pela prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoelétrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como na Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O contrato de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada como arrendamento mercantil financeiro, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06, tem impacto na geração de caixa da Companhia.

Em 2016, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com saldo em caixa e equivalentes de caixa de R\$ 80,3 milhões e em 2015 de R\$ 50,1 milhões. A Companhia encerrou o exercício de 2106 com um capital circulante (Ativo Circ. – Passivo Circ.), de R\$ 127,9 milhões. Esse indicador vem apresentando, nos exercícios anteriores, posição igualmente confortável (R\$110,4 milhões em 2015 e R\$ 106,235 milhões em 2014). Os principais índices financeiros e patrimoniais da Companhia têm se mantido em níveis consistentes nos três últimos exercícios conforme abaixo:

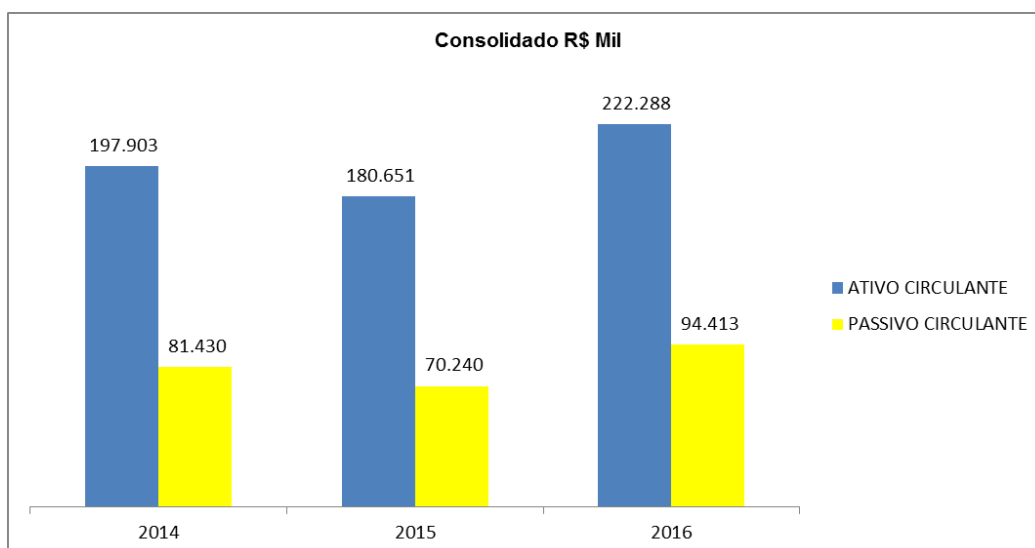
	2016	2015	2014
Índice:			
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,35	2,57	2,43
Liquidez seca ((ativo circulante – estoques) / passivo circulante)	2,33	2,54	2,40
Liquidez imediata (disponível / passivo circulante)	0,85	0,71	0,26
Liquidez geral ((ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante))	2,37	2,72	2,18

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

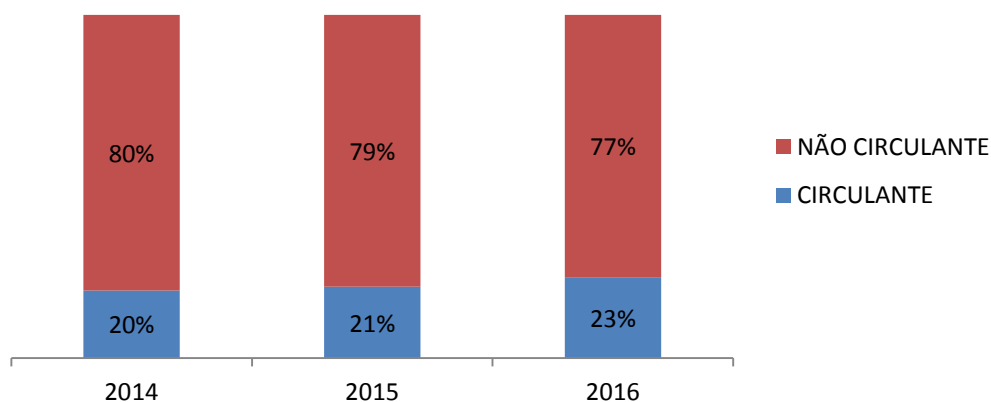
Participação de capital de terceiros (capital de 3º.s / PL)	55,72%	44,37%	60,78%
Composição do endividamento (passivo circulante / capital de 3º.s)	23,43%	20,81%	19,69%

O índice de liquidez corrente demonstra que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. O índice de liquidez geral também se encontra em níveis adequados. Os índices de composição do endividamento geral vêm se mantendo abaixo de 0,5, demonstrando que a dependência de capitais de terceiros da Companhia está em níveis adequados.

A Companhia apresentou, nos três últimos exercícios, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações. A análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante demonstra que a Companhia possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, suas dívidas e outros valores. No entanto, não há como garantir que tal situação permanecerá inalterada.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

A Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada com relativa baixa participação de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros em relação ao ativo total da Companhia tem se mantido em valores abaixo de 40% do total (35,78% em 2016, 30,73% em 2015 e 37,80% em 2014), sendo que o percentual de curto prazo (passivo circulante) se manteve abaixo de 25% do total de obrigações nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PASSIVO**

As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

PASSIVO (CONSOLIDADO)		2016	2015	2014
CIRCULANTE		(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)
Fornecedores.....		5.084	4.742	8.332
Folha de pagamento.....		5.382	4.824	5.198
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		6.220	5.758	11.495
Tributos e contribuições sociais.....		4.880	4.426	4.605
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		143	78	3.485
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		16.010	3.716	87
Entidade de previdência a empregados.....		32.784	16.833	22.114
Empréstimos e financiamentos.....		6.671	6.549	2.959
Taxas regulamentares.....		5.806	5.637	7.480
Encargos de uso da rede elétrica.....		190	200	172
Depósitos vinculados.....		-	7.178	8.325
Outros.....		11.243	10.299	7.178
		94.413	70.240	81.430
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos.....		85.054	90.453	100.190
Entidade de previdência a empregados.....		76.914	7.827	54.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		77.832	108.810	97.649
Tributos e contribuições sociais.....		-	-	37
Taxas regulamentares.....		769	769	769
Provisão para custos socioambientais.....		-	-	10.238
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....		51.639	43.247	52.279
Outras obrigações.....		16.202	16.202	16.202
		308.410	267.308	332.235

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL		
	Ações	%	Ações	%	Ações	%	R\$
Centrais Elétricas Bras S.A. - Eletrobras	-	-	14.416.333	64,82%	14.416.333	39,02%	111.364.254,43
Secretaria da Fazenda ⁽¹⁾	14.354.538	97,61%	52.068	0,23%	14.406.606	38,99%	111.289.114,65
Alvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero	-	-	2.265.633	10,19%	2.265.633	6,13%	17.501.713,50
Leonardo Izecksohn	-	-	1.045.573	4,70%	1.045.573	2,83%	8.076.912,32
Fanny Berta Izecksohn	-	-	642.734	2,89%	642.734	1,74%	4.965.034,64
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhaes	-	-	547.200	2,46%	547.200	1,48%	4.227.047,20
Eletropar Eletrobras Part S.A.	-	-	523.911	2,36%	523.911	1,42%	4.047.142,77
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	350.832	2,39%	-	-	350.832	0,95%	2.710.130,52
Naf Enigma Fundo de Investimento em Ações	-	-	275.003	1,24%	275.003	0,74%	2.124.361,59
Nuevo Sumatra Ações Fundo de Investimento	-	-	235.400	1,06%	235.400	0,64%	1.818.433,68
Outros	-	-	2.237.859	10,06%	2.237.859	6,06%	17.287.163,06
	14.705.370	100%	22.241.714	100%	36.947.084	100%	285.411.308

(1) Acionista Controlador

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2016 foi de R\$ 8,58.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das hipóteses legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar por meio dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 10.a.

A EMAE tem um perfil de dívida conservador em relação às operações da Companhia e sua controlada. Os contratos firmados são:

- BNDES – financiamento captado pela subsidiária integral Pirapora para financiar a implantação da PCH Pirapora, com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento em setembro de 2030, cuja amortização será realizada através da geração de caixa das operações do próprio empreendimento; e

- Fundação CESP – contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2020.

	Saldo em 31.12.16 (em R\$ mil)	Vencimento
BNDES	84.503	Setembro/2030
Fundação CESP(*)	44.988	Março/2020

(*) O passivo atuarial registrado em 31/12/2016 é de R\$109.698, e está atrelado ao período de pagamento dos benefícios do plano.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios a Companhia não realizou nenhuma operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando suas operações e investimentos com recursos próprios.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015 em R\$ mil:

Descrição	2014 (R\$ mil)	2015 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)	Encargos
Fundação CESP (**)	76.985	24.660	44.988	IGP-DI + 5%a.a. +/- déficit/ superávit atuarial
BNDES (*)	103.149	97.002	91.725	TJLP + 1,9%a.a.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) contrato firmado entre Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, e o BNDES, com linha de crédito de R\$98.017 mil.

(**) A Companhia possui contrato de reservas matemáticas cujo saldo em 31.12.16 é de R\$ 44.988, conforme avaliação atuarial da Fundação Cesp; o saldo de R\$ 109.698 refere-se ao passivo atuarial apurado por atuário independente conforme CPC-33.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

1. Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
2. Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societárioFundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

BNDES e Pirapora Energia S.A.

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil. A EMAE como interveniente dá ao BNDES, em penhor, a totalidade das ações da Pirapora Energia, até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais.

Garantias da operação:

- Contratos de venda de energia.
- Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL.
- Totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A.
- Contas bancárias da Pirapora Energia: manter durante o período de amortização recursos para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato, equivalentes a três vezes a última prestação vencida do principal e acessórios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Restrições quanto a:

- Alienação de Controle Societário pela EMAE: vencimento antecipado do contrato.
- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.
- Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições à sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada Pirapora possui contrato de financiamento com o BNDES para a construção da PCH Pirapora, cujos recursos foram integralmente liberados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

ATIVO	2016			2015			2014	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa.....	80.279	7,13%	60,09%	50.145	4,57%	133,77%	21.451	1,96%
Revendedores.....	29.211	2,59%	78,80%	16.337	1,49%	47,85%	11.050	1,01%
Consumidores.....	4.191	0,37%	395,39%	846	0,08%	-45,77%	1.560	0,14%
Serviços - Canal Pinheiros.....	1.774	0,16%	-78,14%	8.115	0,74%	-1,18%	8.212	0,75%
Alienação de bens e direitos.....	263	0,02%	-68,50%	835	0,08%	-86,16%	6.035	0,55%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar..	11	0,00%	-99,60%	2.784	0,25%	-	-	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.552	0,14%	-9,35%	1.712	0,16%	13,23%	1.512	0,14%
Estoque.....	1.965	0,17%	-6,38%	2.099	0,19%	-1,96%	2.141	0,20%
Despesas antecipadas.....	214	0,02%	-9,32%	236	0,02%	25,53%	188	0,02%
Arrendamento UTE Piratininga.....	85.141	7,56%	12,59%	75.623	6,89%	5,05%	71.990	6,58%
Outros créditos.....	7.315	0,65%	-17,68%	8.886	0,81%	-12,22%	10.123	0,93%
Cauções e depósitos vinculados.....	10.372	0,92%	-20,42%	13.033	1,19%	-79,52%	63.641	5,82%
	<u>222.288</u>	<u>19,75%</u>	<u>23,05%</u>	<u>180.651</u>	<u>16,45%</u>	<u>-8,72%</u>	<u>197.903</u>	<u>18,09%</u>
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga.....	391.257	34,75%	-3,39%	404.984	36,88%	3,06%	392.959	35,91%
Cauções e depósitos vinculados.....	15.806	1,40%	13,88%	13.879	1,26%	47,65%	9.400	0,86%
Ativo financeiro indenizável.....	46.386	4,12%	13,93%	40.716	3,71%	38,82%	29.330	2,68%
Ativo reversível da concessão.....	275.273	24,45%	0,00%	275.273	25,06%	0,33%	274.378	25,08%
Outros créditos.....	2.137	0,19%	-30,28%	3.065	0,28%	0,00%	-	0,00%
Investimentos.....	1.390	0,12%	0,00%	1.390	0,13%	0,00%	1.390	0,13%
Imobilizado.....	169.461	15,05%	-3,74%	176.037	16,03%	-6,52%	188.311	17,21%
Intangível.....	1.764	0,16%	-21,95%	2.260	0,21%	312,41%	548	0,05%
	<u>903.474</u>	<u>80,25%</u>	<u>-1,54%</u>	<u>917.604</u>	<u>83,55%</u>	<u>2,38%</u>	<u>896.316</u>	<u>81,91%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>1.125.762</u>	<u>100,00%</u>	<u>2,50%</u>	<u>1.098.255</u>	<u>100,00%</u>	<u>0,37%</u>	<u>1.094.219</u>	<u>100,00%</u>

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 41,6 milhões, passando de um saldo de R\$ 180,6 milhões em 2015 para R\$ 222,3 em 2016, em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$30,1 milhões e no saldo de revendedores de R\$ 12,9 milhões. O aumento no saldo de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e equivalentes de caixa decorre principalmente dos recebimentos decorrentes do contrato de arrendamento mercantil e ao menor volume de investimentos realizados durante o ano de 2016. O aumento no saldo de revendedores decorre, principalmente, da revisão tarifária ocorrida no período.

Em 2016, o Ativo não circulante apresentou redução de R\$14,1 milhões principalmente em função da depreciação do ativo imobilizado (R\$4,4 milhões) e a reclassificação de parcela do arrendamento da UTE Piratininga para o circulante.

Em 2015, o Ativo sofreu um pequeno aumento (0,37%) em relação a 2014. As contas do Ativo Circulante, em 2015, apresentaram uma redução de 7,17% (R\$ 14,2 milhões) em comparação a 2014. A conta que sofreu a maior redução em termos de valores foi a conta de Cauções e Depósitos Vinculados R\$ 50,6 milhões (-79,52%). Em decorrência da liberação da retenção de Garantia Contratual junto ao BNDES, ocorrida em fevereiro de 2015. Como consequência, em um dos eventos mencionados, verifica-se um aumento do caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 28,6 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE	2016			2015			2014	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
Fornecedores.....	5.084	0,45%	7,21%	4.742	0,43%	-43,09%	8.332	0,76%
Empréstimos e financiamentos.....	6.671	0,59%	1,86%	6.549	0,60%	121,32%	2.959	0,27%
Folha de pagamento.....	5.382	0,48%	11,57%	4.824	0,44%	-7,20%	5.198	0,48%
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	6.220	0,55%	8,02%	5.758	0,52%	-49,91%	11.495	1,05%
Entidade de previdência a empregados.....	32.784	2,91%	94,76%	16.833	1,53%	-23,88%	22.114	2,02%
Tributos e contribuições sociais.....	4.880	0,43%	10,26%	4.426	0,40%	-3,89%	4.605	0,42%
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	143	0,01%	83,33%	78	0,01%	-97,76%	3.485	0,32%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	1,42%	330,84%	3.716	0,34%	4171,26%	87	0,01%
Taxas regulamentares.....	5.806	0,52%	3,00%	5.637	0,51%	-24,64%	7.480	0,68%
Encargos de uso da rede elétrica.....	190	0,02%	-5,00%	200	0,02%	16,28%	172	0,02%
Depósitos vinculados.....	-	0,00%	-100,00%	7.178	0,65%	-13,78%	8.325	0,76%
Outros.....	11.243	1,00%	9,17%	10.299	0,94%	43,48%	7.178	0,66%
	94.413	8,39%	34,41%	70.240	6,40%	-13,74%	81.430	7,44%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos.....	85.054	7,56%	-5,97%	90.453	8,24%	-9,72%	100.190	9,16%
Entidade de previdência a empregados.....	76.914	6,83%	882,68%	7.827	0,71%	-85,74%	54.871	5,01%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	77.832	6,91%	-28,47%	108.810	9,91%	11,43%	97.649	8,92%
Tributos e contribuições sociais.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-100,00%	37	-
Taxas regulamentares.....	769	0,07%	0,00%	769	0,07%	-	769	0,07%
Provisão para custos socioambientais.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-100,00%	10.238	0,94%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	51.639	4,59%	19,40%	43.247	3,94%	-17,28%	52.279	4,78%
Outras obrigações.....	16.202	1,44%	0,00%	16.202	1,48%	-	16.202	1,48%
	308.410	27,40%	15,38%	267.308	24,34%	-19,54%	332.235	30,36%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social.....	285.411	25,35%	0,00%	285.411	25,99%	-	285.411	26,08%
Reservas de capital.....	387.130	34,39%	0,00%	387.130	35,25%	-	387.130	35,38%
Outros resultados abrangentes.....	35.947	-3,19%	-187,94%	40.878	3,72%	142,08%	16.886	1,54%
Reserva de retenção de lucros.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Reservas de lucros.....	86.345	7,67%	82,59%	47.288	4,31%	15662,67%	300	0,03%
Dividendo adicional proposto.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-100,00%	(9.173)	-0,84%
	722.939	64,22%	-4,96%	760.707	69,27%	11,78%	680.554	62,20%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.125.762	100,00%	2,50%	1.098.255	100,00%	0,37%	1.094.219	100,00%

Em 2016, o passivo circulante aumentou em R\$24,2 milhões devido, principalmente, ao aumento de R\$15,9 milhões no passivo atuarial com a entidade de previdência a empregados em função da mudança na taxa nominal de desconto utilizada para calcular o valor presente do passivo atuarial (11,50% em 2016 e 12,14% em 2015) e ao aumento em R\$ 12,4 milhões nos dividendos a pagar, parcialmente compensados pela redução em depósitos vinculados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo não circulante apresentou aumento de R\$41,1 milhões em 2016 devido, principalmente, ao aumento no saldo do passivo com entidades de previdência privada em R\$ 69,1 milhões e pelo aumento em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 8,4 milhões, os quais foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 31 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos.

O patrimônio líquido reduziu em R\$ 37,8 milhões em razão (i) do ajuste de avaliação atuarial negativo no montante de R\$76,8 milhões, líquidos de impostos, (ii) do aumento do lucro líquido apurado no exercício em R\$ 55 milhões e (iii) da redução em virtude dos dividendos propostos no montante de R\$15,9 milhões.

O Passivo Circulante apresentou redução de 13,7% ou R\$ 11,2 milhões em 2015, comparado com 2014, principalmente pela desmobilização do quadro de pessoal e seus reflexos, entre eles na conta de previdência a empregados (-23,88%) e também pela redução das obrigações na conta de fornecedores (-43,09%). A diminuição de 12,3%, ou R\$ 11,4 milhões, de 2013 para 2014, decorreu, principalmente, da realização de serviços e de convênios, que foram executados com recursos do Governo do Estado.

O Passivo Não Circulante de 2014 para 2015 foi reduzido em 19,5%, ou R\$ 64,9 milhões, devido à amortização da conta de empréstimos e financiamentos, Entidade de Previdência a Empregados e baixa de provisões socioambientais proveniente dos testes do sistema de melhoria das águas pela Execução da Retirada do Lodo do Rio Pinheiros. O aumento de 16,1% ou R\$ 46,2 milhões, de 2013 para 2014, decorreu da mudança no cenário macroeconômico, com inflexão na tendência da taxa de juros (elevação), impactando a avaliação atuarial do plano de aposentadoria, além do aumento no saldo em empréstimos e financiamentos em razão da liberação pelo BNDES das parcelas para a obra de implantação da PCH Pirapora.

O Patrimônio Líquido de 2015 comparado a 2014 aumentou 11,8%, ou R\$ 80,2 milhões em decorrência de acréscimo na conta de Outros Resultados Abrangentes (ORA) advindo das operações com Entidade de Previdência Privada dos Empregados. Em 2014, apresentou diminuição de 9,6% ou R\$ 72,1 milhões, comparado com 2013, principalmente em função do reflexo em Outros Resultados Abrangentes com o aumento na taxa de desconto (atrelada à taxa de juros) utilizada na avaliação atuarial do plano de previdência e também pelo resultado do exercício que foi impactado pelo acréscimo nas provisões operacionais e pelo lucro fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	31.12.16			31.12.15			31.12.14	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	206.607	100,00%	4,11%	198.444	100,00%	31,33%	151.102	100,00%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(173.682)	-84,06%	6,59%	(162.943)	-82,11%	3,21%	(157.878)	-104,48%
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	32.925	15,94%	-7,26%	35.501	17,89%	-623,92%	(6.776)	-4,48%
Despesas Operacionais								
Despesas gerais e administrativas.....	(36.210)	-17,53%	-19,50%	(44.981)	-22,67%	6,09%	(42.399)	-28,06%
Outras receitas e despesas.....	2.895	1,40%	-125,27%	(11.455)	-5,77%	-70,25%	(38.510)	-25,49%
	(33.315)	-16,12%	-40,97%	(56.436)	-28,44%	-30,25%	(80.909)	-53,55%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO...	(390)	-0,19%	-98,14%	(20.935)	-10,55%	-76,12%	(87.685)	-58,03%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas.....	33.307	16,12%	0,39%	33.176	16,72%	-13,53%	38.369	25,39%
Despesas.....	(9.782)	-4,73%	-4,57%	(10.250)	-5,17%	424,30%	(1.955)	-1,29%
Variações monetárias líquidas.....	54.351	26,31%	-15,21%	64.103	32,30%	86,55%	34.362	22,74%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	77.486	37,50%	17,24%	66.094	33,31%	-490,88%	(16.909)	-11,19%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Correntes.....	(17.933)	-8,68%	139,07%	(7.501)	-3,78%	-33,45%	(11.271)	-7,46%
Diferidos.....	(4.573)	-2,21%	-482,04%	1.197	0,60%	17,70%	1.017	0,67%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO.....	54.980	26,61%	-8,04%	59.790	30,13%	-320,12%	(27.163)	-17,98%

A receita operacional líquida teve um aumento de R\$ 8,2 milhões em 2016 em relação a 2015, em função do aumento na receita de cotas de energia elétrica de R\$ 37,2 milhões, incluindo o reconhecimento integral de R\$ 16,1 milhões referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 – SGT/ANEEL de 14/07/2016 a qual foi parcialmente compensada pela redução na receita de construção de ativos próprios em R\$ 17,6 milhões, pela redução na receita de fornecimento de energia em R\$ 5,4 milhões e ao aumento nas deduções à receita operacional em R\$ 4,1 milhões.

Os custos e despesas operacionais apresentaram redução de R\$12,4 milhões em 2016 em relação a 2015, em razão da redução da despesa com entidade de previdência privada em R\$ 6,3 milhões, da redução das despesas com serviços de terceiros em R\$ 4,1 milhões, da redução com custos de construção de ativos próprios em R\$17,6 milhões e da redução da despesa com ajuste do ativo imobilizado em R\$ 12,8 milhões, os quais foram compensados pelo aumento na provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões.

O resultado financeiro em 2016 teve redução de R\$ 9,1 milhões, quando comparado a 2015, principalmente em função da redução na atualização monetária do arrendamento mercantil, o qual foi impactado pela redução na variação do IGP-M.

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$ 16,2 milhões em 2016 quando comparada a 2015. Os efeitos acima mencionados resultaram em uma redução de R\$ 4,8 milhões em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício 2015, a EMAE apresentou um lucro líquido de R\$ 59,7 milhões em contraposição a um prejuízo de R\$ 27,1 milhões no exercício anterior. A reversão no resultado deveu-se, principalmente, a um aumento de 31,3% na receita operacional líquida, impactada positivamente pelo aumento de 12,1% na receita proveniente das cotas de energia elétrica, que variou de R\$ 123,9 milhões em 2014 para R\$ 138,8 milhões em 2015 devido ao acréscimo decorrente ao reajuste tarifário aplicado em julho de 2015 e dos acréscimos incrementais na receita devido a novos investimentos e pelo acréscimo de R\$ 28,6 milhões na receita de suprimento de energia – leilão.

O resultado financeiro também contribuiu positivamente para o resultado, face o aumento de 23,0% verificado em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 70,8 milhões em 2014 para R\$ 87,0 milhões em 2015 impactado, principalmente, pelas variações monetárias líquidas, notadamente relativas à atualização monetária do arrendamento da UTE Piratininga, parcialmente compensados pelo serviço da dívida de Piratininga.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita****RECEITA OPERACIONAL**

	2014	2015	2016
Fornecimento de energia elétrica	20.843	14.268	8.937
Cotas de energia elétrica	123.875	138.780	175.983
Suprimento de energia - leilão	-	28.581	31.242
Suprimento de energia - comercializadores	-	-	2.026
Energia de curto prazo - CCEE	6.220	3.255	613
Renda da prestação de serviço	16.579 ⁽¹⁾	12.989 ⁽¹⁾	9.544 ⁽¹⁾
Outras receitas	1.683	2.385	1.860
Receitas relativas à construção de ativos próprios	6.042	23.651	6.039
	175.242	223.909	236.244

As variações nos componentes das receitas foram motivadas por:

(1) Término dos serviços manutenção nas barragens do DAEE e adequação dos serviços de O&M das termelétricas (BSE).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2016:

- (i) aumento na receita com quota de energia elétrica em R\$37,2 milhões;
- (ii) aumento na despesa com provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$26,5 milhões
- (ii) redução na despesa com baixa de ativos financeiros indenizáveis.
- (iii) redução na receita financeira de atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil em R\$ 10 milhões;
- (iv) aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16,2 milhões

Em 2015:

- (i) Reversões de provisões trabalhistas e ambientais.
- (ii) Baixa de parte dos ativos financeiros indenizáveis decorrente de reanálises efetuadas.

Em 2014:

Provisões e reversões de contingências ambientais e cíveis.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Desde janeiro de 2013, com a vigência da nova regulamentação vinculada à prorrogação das concessões (Lei nº 12.783/2013, que regulamentou a MP nº 579), toda energia e potência das usinas prorrogadas passaram a ser alocadas às distribuidoras de energia elétrica no regime de cotas, sendo remuneradas por tarifas (mercado regulado). Em decorrência desse fato, a Companhia apresentou

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aumento na receita com quota de energia elétrica em aproximadamente R\$37 milhões no ano de 2016, em função da revisão tarifária ocorrida.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (i) a compra de energia elétrica para revenda – a energia comprada através de contratos de suprimento estão sujeitos a reajuste por índices de inflação (IGP-M, INPC, etc.) e a energia comprada no mercado de curto prazo são adquiridos a valores de mercado.
- (ii) aos encargos de uso da rede elétrica – geralmente são reajustados por índices de inflação, em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos.
- (iii) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2014, 2015 e 2016 não houve eventos dessa natureza.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças práticas contábeis / ressalvas e ênfase****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 foi aplicada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em razão da prorrogação da concessão ocorrida em 2012 (MP 579/2012 convertida na Lei nº 12.876/2013). Em consequência, a Companhia efetuou ajustes nas Demonstrações Financeiras de 2013 para permitir adequada comparação com o exercício de 2014, reclassificando parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e o restante do ativo imobilizado para ativo financeiro da concessão.

Em dezembro de 2014 foi aprovada a Revisão 07 – Revisão de Pronunciamento Técnico que alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Aplicação do CPC 33 (Revisão 1) referente a ganhos e perdas apurados na avaliação atuarial da Previdência Privada a Empregados, que passa a ser registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes a partir de janeiro de 2013, deixando de ser registrado diretamente no resultado do exercício.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2014, a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão – acarretou significativa redução na despesa com depreciação em função de ativos imobilizados reversíveis terem sido vertidos para Ativo Financeiro Indenizável (R\$ 29 milhões) e Ativo Reversível da Concessão (R\$ 274 milhões). Assim, a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras de 2013, em conformidade com o CPC 23 – *Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*, para permitir a adequada comparabilidade entre os exercícios.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram emitidos pela KPMG Auditores Independentes. Os relatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não contêm ressalvas, mas contêm ênfases. No relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com permissão contida no item 8(b) da NBC TA 706 Parágrafo de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, os parágrafos de ênfase foram apresentados na seção Principais Assuntos de Auditoria. A seguir são

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

apresentadas as sínteses dos parágrafos de ênfase e os respectivos comentários:

(i) Ativo financeiro da concessão

A parcela dos investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 é classificada como ativo financeiro da concessão por se caracterizar, como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Conforme definido na regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, inclusive Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"), a qual incluirá a remuneração desses ativos. A Companhia avaliou e entende que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos à aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários, o que poderá impactar as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Comentários: A Companhia encaminhou à ANEEL plano de investimentos em melhorias, para o período de 2013 a 2018, abrangendo empreendimentos já concluídos, em curso e a realizar.

Em junho de 2015 e de 2016 ocorreram reajustes tarifários sob as condições do novo PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, ocasião em que foram concedidas receitas adicionais dos investimentos concluídos e, também, receitas adicionais antecipadas de investimentos a realizar.

(ii) Ativo Reversível da concessão

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível da concessão registrado a custo histórico, referente aos investimentos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) em virtude da renovação da concessão em 4 de dezembro de 2012. O valor da indenização, que ainda está em processo de homologação pela ANEEL, será determinado após fiscalização e definido com base no "valor novo de reposição". Até a definição dos valores a serem homologados pela Aneel, poderão ocorrer perdas ou ganhos, os quais serão reconhecidos quando vierem ao conhecimento da Companhia e atenderem aos requisitos contábeis para registro. Devido à relevância dos investimentos a serem indenizados e ao impacto que eventual diferença no resultado da homologação dos valores pela ANEEL poderá causar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Comentários: Conforme mencionado acima, a Companhia efetuou todos os procedimentos previstos na legislação para recebimento do valor da indenização. Ressalta-se que a ANEEL tem utilizado o Valor Novo de Reposição como base para apurar o valor indenizável dos ativos. No momento a Companhia está aguardando a manifestação da ANEEL.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.**

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração utiliza julgamentos e premissas para a elaboração de estimativas e na aplicação das políticas contábeis e, em consequência, na determinação dos valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas pela Administração em função de novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, à medida que novos fatos estejam disponíveis, os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

Arrendamento mercantil:

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital e receita financeira.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se a interpretação das disposições da legislação tributária aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

Ativo financeiro indenizável

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

Dessa forma, a Companhia tem registrado como ativos financeiros indenizáveis os valores correspondentes aos investimentos realizados no seu parque gerador após 31/12/2012, os quais a Companhia entende terem sido realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Uma parcela desses investimentos já foi incorporada na RAG homologada de julho de 2015 e de 2016.

Ativo reversível da concessão

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreram em 4/12/2012. De acordo com a Lei 12.783, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2016, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos.

Entidade de previdência privada

A obrigação líquida da Companhia para com os planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado

Essa estimativa da obrigação líquida da Companhia é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações**

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.6, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - plano de negócios****a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Para 2017 estão previstos, para continuidade dos investimentos em andamento e novos investimentos no montante de R\$ 25,0 milhões, englobando serviços, obras e aquisições voltados à confiabilidade, segurança, melhorias e garantia das condições operacionais das instalações e equipamentos das usinas e atender, assim, aos índices de disponibilidade e qualidade estabelecidos nas determinações legais e regulamentares.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Retenção de Lucros no montante de R\$ 15.021 mil aprovada em assembleia geral ordinária realizada em 26/04/2017, e Recursos próprios/terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços.**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia desenvolve, de forma permanente, estudos de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de diversas fontes primárias de geração, com foco na identificação de oportunidades para a expansão do seu parque gerador.

A divulgação de projetos específicos apenas ocorre a partir da constatação, pela Companhia, da atratividade do empreendimento, dos quais destacamos:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Encontra-se em análise na ANEEL os Estudos de definição do Aproveitamento Hidroelétrico da barragem Edgard de Souza com base na potência do aproveitamento a ser definida em despacho à ser publicado pela ANEEL. Atualmente, visando subsidiar decisão sobre relicitação da concessão ou abertura deste aproveitamento hidrelétrico para registro como PCH na modalidade de exploração como Produtor Independente, a EMAE, contratou consultoria especializada para emissão de parecer que demonstre à ANEEL as condicionantes locais e regulatórias para que a agência possa abrir registro do aproveitamento, tendo a EMAE condições de participação. Paralelamente a EMAE trabalha para a obtenção desse registro, adiantando inclusive processos e estudos ambientais para obtenção do licenciamento ambiental.
- A Companhia vem estudando, em conjunto com o Departamento Hidroviário – DH, a integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia, de modo a otimizar integradamente as duas funções. Dentro desse trabalho, participou de estudos visando à inclusão da geração de energia elétrica na barragem/eclusa Anhembí, no rio Tietê, tornando a mesma, até então prevista apenas para navegação, em aproveitamento múltiplo. Também formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, dando sequência ao processo de autorização do empreendimento.
- Chamada Pública nº 1/2015 - Implantação e exploração de usina termoeletrica a gás natural em área de propriedade da EMAE. Foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen/Siemens e AES Tietê, e, em 2016, foram finalizados estudos pré-viabilidade ambiental dos futuros empreendimentos.

A Companhia realiza investimentos em pesquisa e desenvolvimento de acordo com o programa da Agência Nacional de Energia Elétrica. Os principais projetos com foco em desenvolvimento de negócios são:

- Desenvolvimento de Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu uso como Área de Servidão (Dutos)
- Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Desde o início do programa Pesquisa e Desenvolvimento – ANEEL a Companhia destinou cerca de R\$ 19,4 milhões para desenvolvimento dos respectivos projetos, mencionados no Relatório de Administração, em conformidade com a lei e respectiva regulamentação.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a acrescentar, devido a todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.